

Transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006*

LUCIO R. RENNÓ E BRUNO HOEPERS

RESUMO

O artigo discute as estratégias dos eleitores que transferiram seus votos para Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 2006 a fim de testar a hipótese de que esses eleitores empregaram uma nova forma de voto estratégico no primeiro turno das eleições: o voto estratégico punitivo. Argumentamos que esse tipo de comportamento eleitoral foi decisivo para explicar as seguidas reviravoltas ocorridas nas eleições presidenciais de 2006. O artigo também explora os condicionantes para o voto estratégico em sistemas eleitorais de dois turnos.

PALAVRAS-CHAVE: *Eleições; voto estratégico punitivo; transferência de voto.*

ABSTRACT

This article discusses voters' electoral strategies who transferred their votes to Lula in the second round of the 2006 Brazilian presidential elections. The goal is to test the hypothesis that voters applied a new form of strategic voting in the first round of the elections: strategic punitive vote. We argue that this type of electoral behavior was decisive to explain vote choices in the 2006 presidential elections as well as the conditions for strategic voting in ballotage systems.

KEYWORDS: *Elections; strategic punitive vote; vote transfer between rounds.*

[*] Agradecemos ao parecerista anônimo e editor da revista por comentários e sugestões assim como a Acir dos Santos Almeida. Os erros e as inconsistências remanescentes são de nossa responsabilidade.

[1] Rennó, Lúcio R. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, 2007, vol. 13, n° 2, pp. 260-282.

A campanha eleitoral de 2006, na qual oito candidatos concorreram para o cargo de presidente da República, teve a corrupção como um dos principais temas¹. Em junho de 2005, foi descoberto um complexo esquema de corrupção, em que estavam envolvidos partidos e líderes da base aliada do governo. Denúncias comprometedoras emergiram da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, na Câmara dos Deputados, segundo as quais Marcos Valério, homem de negócios do estado de Minas Gerais, teria desembolsado dezenas de milhões de reais para o pagamento de políticos, dívidas do partido do presidente Lula (Partido dos Trabalhadores — PT), bem como para o financiamento ilegal de campanhas eleitorais. As denúncias de corrupção e os trabalhos da CPI tiveram uma ampla cobertura da mídia, com impactos negativos sobre a avaliação do governo, o que teria levado alguns analistas a darem como certa a derrota de Lula nas eleições em 2006. Não foi exatamente isso o que aconteceu. Muito pelo contrário, Lula quase venceu no primeiro turno, assegurando vitória maiúscula no segundo.

Em parte, a explicação do sucesso de Lula em 2006 passa pelo fato de o governo ter sido astuto ao lidar com a crise. Lula pessoalmente afastou-se de todos os envolvidos, exonerando-os de seus cargos. Além disso, o governo continuou a investir em sua agenda social, por meio de seu carro-chefe, o Programa Bolsa Família, e da manutenção da estabilidade econômica. Assim, a popularidade do presidente aumentou em maio de 2006².

De qualquer forma, em 2006, Lula enfrentou um ambiente eleitoral bastante distinto do de 2002; bem mais hostil e com forte oposição vinda não só da direita, mas também de antigos correligionários. Não surpreendentemente Lula focou sua campanha no sucesso da gestão econômica e da política social, utilizando o horário eleitoral gratuito na televisão para enfatizar seu desempenho político nas frentes econômica e social. Essa estratégia mostrou-se acertada, já que pesquisas de opinião pública apontavam vitória do presidente no primeiro turno³.

No entanto, em 15 de setembro de 2006, um novo caso de corrupção envolvendo o partido do presidente veio à tona. Dois homens foram presos em um hotel portando 1,7 milhões de reais para a compra de um dossiê que, supostamente, continha acusações contra o candidato ao governo do estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), José Serra. O caso teve ampla cobertura na mídia e foi usado exaustivamente pela oposição nas duas últimas semanas da campanha, afetando a imagem do presidente. Mais uma reviravolta: ao contrário das expectativas e das pesquisas eleitorais, o resultado do primeiro turno indicou que Lula obteve 49% dos votos, contra 42% de Geraldo Alckmin. Alckmin saiu-se muito melhor do que qualquer um esperava, e haveria um segundo turno.

Para muitos, as denúncias de corrupção envolvendo a pessoa do presidente teriam tido impacto direto sobre o resultado da eleição e continuariam a ter no segundo turno. Alckmin vinha em uma curva ascendente nas intenções de voto, ganhando *momentum* e se gabaritando para oferecer uma disputa acirrada no segundo turno. A oposição acreditou na possibilidade de vitória. Mais uma frustração e surpresa: no segundo turno, Lula conquistou a reeleição com 61% dos votos contra 39% de Alckmin, que perdeu votos em 23 dos 27 estados, ao passo que Lula aumentou sua votação em 11,5 milhões de votos.

Esse cenário eleitoral marcado por mudanças repentinas e surpreendentes, embora frequentes, apresenta desafios interessantes para analistas do comportamento eleitoral. Quais fatores explicariam tais reviravoltas? Por esses motivos, a análise detalhada das eleições de 2006 cumpre função importante não só por explicar um evento histórico e interessante em si mesmo, como também para testar explicações sobre as escolhas eleitorais dos brasileiros derivadas de debates teóricos clássicos sobre comportamento eleitoral.

[2] Nicolau, Jairo. "The presidential and congressional elections in Brazil, October 2006". *Electoral Studies*, 2008, vol. 27, pp. 170-175.

[3] Pesquisa divulgada pelo Ibope em 16 de setembro de 2006 mostrava Lula com 55% das intenções de votos válidos, contra 32% de Geraldo Alckmin, candidato opositorista pelo PSDB.

Primeiro, por que Lula não ganhou no primeiro turno? Isso se deveu, de fato, aos escândalos de corrupção? Será que eleitores que votariam em Lula no primeiro turno deixaram de fazê-lo para puni-lo por seu envolvimento indireto nos escândalos de corrupção? Se assim foi, esses eleitores, no segundo turno, voltaram atrás e reverteram seu padrão de apoio, votando então em Lula para evitar que um candidato menos preferido (Alckmin) ganhasse a eleição?

Para entendermos as escolhas eleitorais que permeiam essas indagações, buscamos apoio na literatura sobre voto estratégico/sofisticado em eleições, discussão raramente utilizada para explicar o comportamento eleitoral no Brasil. Nosso objetivo neste artigo é enfrentar as questões levantadas armados com pressupostos e hipóteses da teoria sobre voto estratégico e de técnicas de análise estatística de dados de opinião pública.

Nossa hipótese central é de que estamos diante de um caso interessante de voto estratégico se nossas interpretações sobre o processo eleitoral brasileiro de 2006 mostrarem-se corretas. Primeiro, eleitores que normalmente votariam em Lula, e que votaram nele em eleições anteriores, deixaram de fazê-lo no primeiro turno de 2006 por estarem frustrados com os recorrentes escândalos de corrupção. Mesmo assim, tais eleitores ainda teriam Lula em uma posição bastante alta em seu ordenamento de preferências sobre os candidatos. Ou seja, Lula ainda seria mais bem avaliado por esses eleitores do que seu adversário direto, Geraldo Alckmin. Assim sendo, e esse é o nosso segundo argumento, esses mesmos eleitores votaram em Lula no segundo turno para evitar a vitória de um candidato ideologicamente mais distante de suas preferências.

Se isso ocorreu, nosso objeto de análise é um padrão de voto sofisticado que desafia as teorias sobre o tema. O componente estratégico do voto desses eleitores no primeiro turno é marcado pela punição a um candidato, Lula, em posição relativamente positiva no ordenamento de preferências do eleitor. Ou seja, não se deixa de votar no candidato preferido para votar em outro com mais chances de evitar que o candidato menos preferido ganhe — que é a idéia básica do modelo de voto estratégico —, mas para punir um candidato afetado negativamente pela avaliação retrospectiva de sua atuação, principalmente em uma das dimensões de tal atuação: envolvimento em escândalos de corrupção⁴. Além disso, a teoria sobre o tema, como veremos adiante, indica que a probabilidade de ocorrência de voto estratégico no primeiro turno de eleições de dois turnos é tida como remota, e no segundo turno ela só ocorreria sob certas condições. O que encontramos no Brasil, nas eleições de 2006, é a ocorrência de voto estratégico nos dois turnos da eleição. Dessa forma, propomos aqui uma contribuição para a teoria sobre

[4] Rennó (op. cit.) define avaliação retrospectiva multidimensional como voto baseado não apenas em avaliações do desempenho do candidato à reeleição em assuntos econômicos, mas envolvendo a atuação do governante em outras frentes, como questões relacionadas com a corrupção.

voto estratégico identificando seus condicionantes em um sistema eleitoral de dois turnos, que estimula o voto sincero — aquele no candidato preferido, independentemente de quaisquer outras circunstâncias da eleição.

Ou seja, trata-se de um tipo de voto estratégico ainda não explorado pela literatura: o eleitor deixa de votar em um de seus candidatos preferidos para puni-lo. No primeiro turno, isso representou deixar de votar em Lula e votar em qualquer um dos outros três candidatos, mas principalmente um ideologicamente mais próximo a Lula. Não é um voto sincero, pois não se vota no candidato preferido, mas um voto que obriga haver segundo turno. O resultado, portanto, do voto estratégico punitivo no primeiro turno é o candidato mais bem colocado nas pesquisas deixar de ser eleito, forçando, então, um segundo turno. Esse resultado é distinto do que ocorreria se houvesse voto sincero: vitória de Lula já no primeiro turno. Chamaremos esse padrão de escolha de *voto estratégico punitivo* e testaremos sua adequação na explicação dos resultados de primeiro e segundo turnos nas eleições presidenciais brasileiras de 2006. Para tanto analisaremos os padrões de migração de voto entre um turno e outro dessas eleições.

Entender a migração de votos entre os candidatos, assim como o perfil dos eleitores que mudaram seus votos entre os dois turnos, ajudará a esclarecer por que um eleitor deixou de votar em Lula e escolheu outro candidato no primeiro turno. Também ajuda a compreender por que Lula recuperou esses votos no segundo turno. Afinal, pretendemos mostrar por que Lula não ganhou no primeiro turno e excedeu as expectativas no segundo. Para isso, precisamos voltar nossa atenção para a questão do voto sincero ou estratégico/sofisticado nas eleições de 2006 e seus motivos⁵.

O trabalho está organizado da seguinte forma. Primeiramente faz-se uma breve exposição dos conceitos referentes ao voto estratégico e à coordenação eleitoral. Em seguida, procede-se a uma análise do perfil dos eleitores que transferiram seus votos entre diferentes candidatos⁶, do primeiro para o segundo turno, com relação a: preferência e rejeição partidárias, nível de acompanhamento da campanha eleitoral, identificação ideológica, voto para presidente no primeiro turno da eleição em 2002, avaliação do governo e importância de temas nas eleições de 2006, em especial da corrupção *vis-à-vis* outras questões. Segue-se, então, uma análise de regressão multivariada que testa as possíveis explicações para a mudança no voto entre o primeiro e segundo turnos. Ou seja, o que, de fato, analisamos neste artigo são as explicações para os padrões de mudança de voto do eleitor brasileiro entre o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2006. São utilizados os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) de 2006. Por fim, apresentamos nossas conclusões gerais.

[5] Discutiremos esses conceitos em maior detalhe adiante.

[6] Os candidatos considerados neste trabalho são Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Cristovam Buarque (PDT) e Heloísa Helena (PSOL). Os dois primeiros são comumente chamados, ao longo do trabalho, de “Lula” e “Alckmin”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O VOTO ESTRATÉGICO

Em suas discussões sobre a lógica básica do voto, Anthony Downs descreve os princípios básicos do voto estratégico, sobretudo em sistemas multipartidários. De acordo com o autor, o eleitor racional pode, às vezes, votar em um partido que não seja aquele de sua preferência, para evitar a vitória de um candidato ainda mais abaixo em seu ordenamento de preferências. Quanto à lógica desse voto, chamado de estratégico, diz:

Um eleitor racional primeiro decide qual partido ele crê que lhe trará maior benefício; então ele tenta estimar se esse partido tem qualquer chance de ganhar. [...] Então, mesmo que prefira o partido A, ele estará “desperdiçando” seu voto em A se esse não tiver nenhuma chance de vencer porque muitos poucos outros eleitores o preferem a B ou a C. A escolha relevante, neste caso, é entre B e C. Como o voto em A não é útil no processo real de seleção, votar nele é irracional⁷.

[7] Downs, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 69.

Por outro lado, segundo Downs, na ausência de informações sobre o voto dos demais eleitores, o eleitor racional sempre vota no partido que prefere ou quando as informações que possui o levam a crer que seu partido favorito tem chance razoável de vencer. Tal voto pode ser descrito como *sincero*.

Assim, o *voto sincero* descreve a ação em que o eleitor deposita seu voto no candidato de sua preferência, independentemente de outras considerações. O eleitor não está preocupado com o ordenamento das preferências dos outros eleitores para definir seu voto. O *voto estratégico*, por outro lado, implica uma avaliação por parte do eleitor de como seu voto influenciará o resultado do pleito eleitoral. O objetivo é evitar o chamado *wasted vote*⁸ [voto desperdiçado] ou seja, votar no candidato que não apresenta chances razoáveis de vencer a eleição. Implica votar em um candidato ou partido que seja o segundo em sua preferência, em vez de votar no candidato ou partido preferido, motivado pela percepção de que o segundo possui mais chances de vencer do que o primeiro na escala de preferências⁹ (1996, p.40). Na linguagem cotidiana, esse tipo de comportamento ficou conhecido como *voto útil*, o que é propiciado pela ampla divulgação de pesquisas de opinião pública que apontam a intenção de voto para os distintos candidatos, permitindo estimar a chance de vitória de cada um.

Mas o voto estratégico não é decorrente apenas da informação sobre a probabilidade de vitória de todos os candidatos, mas também da intensidade de preferências acerca dos candidatos. A propensão a votar estrategicamente é maior quanto menor for a diferença na intensidade de preferência da primeira opção sobre a segunda e quanto maior for a intensidade de preferência pela segunda opção em face do candidato menos preferido com chances de vitória.

[8] Abramson, Paul R. e outros. “Strategic abandonment or sincerely second best? The 1999 Israeli Prime Ministerial Election”. *The Journal of Politics*, 2004, vol. 66, n° 3, pp. 706-728.

[9] Blais, A. e Nadeau, R. “Measuring strategic voting: a two-step procedure”. *Electoral Studies*, 1996, vol. 15, n° 1, pp. 39-52.

Do mesmo modo, a propensão ao voto estratégico é maior quanto maior for a diferença entre as chances percebidas de vitória da primeira ou segunda escolha e maior a proximidade da disputa entre a segunda e a terceira opções¹⁰. Em suma, diferença na intensidade de preferência entre primeira opção e segunda e estimativa das chances de vitória de cada competidor são centrais para se votar estrategicamente.

[10] Blais e Nadeau, *op. cit.*, p. 40.

Reconhecemos que esses não são cálculos fáceis de serem realizados. Portanto, alguns eleitores, os mais atentos à política e mais sofisticados, para usar jargão da área, têm maiores chances de realizar esse tipo de voto. Não obstante, em eleições presidenciais, baseadas em ampla cobertura jornalística e divulgação de informações, é crível pensar que eleitores possam aventar sobre as chances de vitória de cada candidato e que consigam posicionar os candidatos em uma escala de preferências que vai de apoio a rejeição.

Além disso, o voto estratégico também é influenciado pelo desenho institucional, que pode facilitar ou dificultar sua ocorrência. Sistemas de dois turnos, conhecidos como *ballotage*, não criam incentivos para comportamentos estratégicos dos eleitores, pois o primeiro turno, principalmente, permite a escolha entre vários candidatos, facilitando uma decisão sincera. Assim, há que se discutir mais detalhadamente quando um voto estratégico poderia ocorrer em sistemas de *ballotage*.

VOTO ESTRATÉGICO E ELEIÇÃO EM DOIS TURNOS

Há um debate na literatura sobre se o sistema de dois turnos desencoraja o voto estratégico. Nesse sistema, quando um candidato não atinge a maioria dos votos na eleição, são convocadas novas eleições entre os candidatos mais votados, que podem ser dois ou mais, para facilitar a obtenção da maioria dos votos por um dos candidatos. No Brasil, o sistema de *ballotage* é usado nas eleições para cargos executivos nos níveis federal, estadual e municipal para municípios com mais de 200 mil habitantes. Se nenhum candidato alcançar a maioria dos votos válidos no primeiro turno das eleições, os dois mais votados disputam uma segunda rodada de eleições¹¹.

Nesse tipo de sistema, as eleições são divididas em turnos, nos quais as elites políticas disputam o primeiro turno com o objetivo de terminarem nas primeiras posições para se qualificarem a disputar o segundo turno, em que a eleição, de fato, é decidida. Eleições de dois turnos, assim, aumentam a probabilidade de existência de múltiplos partidos, enquanto em um sistema de maioria simples, com um turno apenas, a disputa deve ser dominada por um número menor de partidos. Ou seja, eleições em dois turnos reduzem os incentivos para se votar estrategicamente, promovendo em consequência uma expansão do número de candidatos e partidos e menor coordenação entre parti-

[11] O sistema de *ballotage* é também usado na França para eleições executivas, legislativas e dos cantões. Ou seja, o sistema de dois turnos não é usado apenas em eleições para o executivo.

[12] Pérez-Liñan, Aníbal. "Evaluating presidential runoff elections". *Electoral Studies*, 2006, vol. 25, pp. 129-46.

[13] Cox, Gary W. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

[14] Rodriguez-Zepeda, Juan. "The determinants of strategic voting in the 2002 presidential elections of Brazil". Trabalho apresentado em Southern Political Science Association, New Orleans, 2008. Disponível em <http://www.allacademic.com/meta/p208490__index.html>, acessado em 12/09/2008.

[15] Dizemos que uma alternativa é um vencedor de Condorcet se ela ganha de todas as outras alternativas numa votação majoritária.

dos para formarem coligações¹². Assim, segundo essa visão, as eleições presidenciais brasileiras apresentariam baixa probabilidade de voto estratégico no primeiro turno.

Por outro lado, Gary Cox afirma que em um sistema de dois turnos o voto estratégico pode exercer papel similar ao exercido em um sistema de maioria simples: limitar o número de candidatos viáveis. Embora o voto estratégico no primeiro turno de uma eleição seja incomum, há ocasiões em que isso pode ocorrer¹³. Eleitores podem promover uma deserção estratégica em relação a candidatos sem chances de vencer de modo a assegurar a passagem de um par de candidatos considerados melhores para competirem pela vitória no segundo turno. Isso levaria a um enxugamento do número de competidores. Portanto, há evidências tanto para um lado como para outro sobre o impacto que o sistema de *ballotage* tem no voto estratégico.

A questão pode ser encarada como um desafio de se definir teoricamente quais eleitores estariam potencialmente dispostos a votar estrategicamente, já no primeiro turno da eleição. Cabe lembrar, como argumenta Rodriguez-Zepeda¹⁴, que o voto estratégico é mais provável quando o vencedor de Condorcet¹⁵ e o candidato com a maior intenção de voto não sejam a mesma pessoa. Isto é, haveria voto estratégico se o candidato A ganhasse a maioria dos votos no cômputo total das intenções de voto, mas perdesse para outro candidato quando apenas os dois fossem comparados. Isso indica que um dos candidatos é o preferido sob certas condições, mas não quando se leva em consideração o contexto geral da eleição.

Nas eleições de 2006, Lula aparece tanto como o vencedor de Condorcet quanto como o ganhador da maioria simples dos votos. Ele ganhou de todos os candidatos individualmente e de forma combinada. Logo, não haveria razões para se esperar por voto estratégico com base na abordagem de Rodriguez-Zepeda.

VOTO ESTRATÉGICO PUNITIVO

Contudo, cabe especular sobre outra forma de voto estratégico, aquele que visa punir certo candidato, mesmo ele estando no topo das preferências do eleitor. Denominamos esse padrão de *voto estratégico punitivo*. Tal situação é ainda mais complexa do que a do voto estratégico no sentido a ele atribuído por Downs, Perez-Liñan, Cox e Rodriguez-Zepeda, embora esteja ainda baseada nos princípios básicos desse tipo de voto: ordenamento de preferências, intensidade de preferências e cálculo da probabilidade de vitória. Mas, acrescenta outra dimensão, qual seja, a punição de um candidato bem colocado no ordenamento de preferências. Há um outro condicionante fundamental para esse tipo de voto: ele ocorre apenas em eleições de dois

turnos. O eleitor, portanto, sente-se mais à vontade de votar contra um de seus candidatos preferidos no primeiro turno por que com isso ainda conta com o segundo turno para evitar que o candidato menos preferido vença as eleições.

Devido à sua sofisticação, nossa expectativa é que o número absoluto de eleitores que votam dessa forma seja reduzido. Contudo, em eleições apertadas, nas quais a diferença de votos que define uma vitória ou derrota no primeiro turno é pequena, esse grupo de eleitores pode ser decisivo. Com efeito, isso foi decisivo para o resultado do primeiro turno das eleições em 2006, sacramentando a necessidade de um segundo turno e impondo uma derrota temporária a Lula¹⁶.

A lógica desse tipo de voto baseia-se no pressuposto de que há pessoas indispostas a ver o líder vencer a eleição no primeiro turno, resultando, portanto, em incentivos para votar estrategicamente em outro candidato, *mesmo sendo o líder um dos candidatos preferidos desse eleitor*. Ou seja, no caso concreto do Brasil, apesar de Lula ter altos índices de simpatia de eleitores de esquerda, estes se mostravam indecisos, ambivalentes, quanto a ele por conta dos escândalos de corrupção. Esses eleitores, que em outras eleições haviam votado em Lula, decidiram puni-lo em 2006 votando em outro candidato próximo no espectro ideológico, *mesmo sem chances de este vir a ganhar uma posição no segundo turno*. O objetivo claro desse voto é forçar o segundo turno e não necessariamente dar a vitória a um outro candidato que seja tido como mais preferido. Não se trata de um voto sincero no padrão clássico da definição, mas, tampouco, é um voto estratégico clássico, segundo as definições discutidas anteriormente.

A novidade é a punição. Isso também ocorre porque há a previsão de segundo turno, e porque a derrota do candidato preferido no primeiro turno não acarretará a vitória do menos preferido. Portanto, o eleitor que se engaja em um voto retrospectivo punitivo o faz com baixa margem de risco de gerar um resultado final indesejável¹⁷.

Esse tipo de voto, portanto, é bastante particular e ainda não foi discutido teórica nem empiricamente. O trabalho de Balbachevsky e Holzhacker apresenta proposta similar, ao focar o voto por oposição em sua discussão sobre as dimensões de racionalidade estratégica do eleitor. Segundo as autoras, no voto por oposição, em contraposição a votos por identidade e por expectativa de desempenho, “o eleitor valoriza mais a derrota de algum adversário ou o combate a algum mal”¹⁸. Essa proposta não se diferencia muito do cálculo eleitoral de oposição, proposto por Susan Stokes¹⁹, quando sempre se vota contra o político no governo e a favor da oposição.

De qualquer forma, essas abordagens, apesar de muito interessantes, não apontam para a sutileza do tipo de voto estratégico que ocorreu nas eleições de 2006. Portanto, o conceito de voto estratégico

[16] Acreditamos que a repetição da conjunção de condições ocorridas em 2006 seja bastante improvável no futuro próximo, pois exige um candidato à reeleição, escândalos de corrupção e disparidades ideológicas claras entre os candidatos que passam ao segundo turno. Assim, é importante frisar que essa proposta teórica possivelmente tem alcance limitado para generalizações, embora possa ser adaptada nesse sentido, mas é importante para se entender o ocorrido no pleito em discussão.

[17] Não acreditamos ser necessário aqui estipular como pressuposto da explicação que o eleitor espera uma mudança de comportamento do candidato ao puni-lo, deixando de votar nele. A punição pode ser apenas uma sinalização de que se está atento e insatisfeito com ações ocorridas, e que elas são suficientes para levar a votar em outro candidato, gerando assim a necessidade de um segundo turno. Mas, também é óbvio que os custos de se disputar um segundo turno, para um candidato que lidera pesquisas e tem a expectativa de ganhar no primeiro, já é uma punição significativa no que tange a gastos tanto financeiros como emocionais e, inclusive, de reputação.

[18] Balbachevsky, Elizabeth e Holzhacker, Denilde Oliveira. “Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições”. *Opinião Pública*, 2004, vol. 10, n° 2, pp. 242-53.

[19] Stokes, Susan. *Public support for market reforms in new democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

[20] Essa é uma forma nova de se aferir voto estratégico em eleições com múltiplos partidos. Para outras formas de se medir e avaliar voto estratégico, ver Alvarez, Michael e Nagler, Jonathan. "A new approach for modeling strategic voting in multiparty systems". *British Journal of Political Science*, 2000, vol. 30, pp. 57-75; Blais e Nadeau, op. cit.

punitivo aqui proposto comporta situações em que pode ocorrer um comportamento eleitoral estratégico no primeiro turno de eleições em sistemas de *ballotage*.

Para tanto, investigamos os padrões de transferência de voto para Lula no segundo turno. Fizemos uma análise do perfil daqueles que transferiram seus votos entre candidatos do primeiro para o segundo turno e analisamos se a transferência de votos segue a lógica da expectativa de ocorrência de voto estratégico²⁰. Assim, foi preciso verificar quais os atributos dos eleitores de Heloísa Helena, Cristovam Buarque e, até mesmo, Geraldo Alckmin no primeiro turno que decidiram votar em Lula no segundo turno. Acreditamos que dessa forma pudemos desvendar indiretamente os motivos pelos quais alguns eleitores votaram de forma sofisticada no primeiro turno. Desenvolvemos, portanto, um modelo de explicação da transferência de voto baseado em hipóteses derivadas da discussão teórica proposta.

MODELANDO A TRANSFERÊNCIA DE VOTO NO BRASIL

Na análise que segue usamos algumas variáveis para tentar identificar padrões no comportamento de eleitores que transferiram seus votos entre o primeiro e o segundo turno da eleição, favorecendo a Lula no resultado final do pleito. Assim, esperamos poder chegar a conclusões sobre voto estratégico e a transferência de voto.

A hipótese central é de que os fatores que ajudaram a compreender a transferência de votos entre candidatos no primeiro e segundo turnos dizem respeito à corrupção, à avaliação do desempenho do governo Lula e ao voto no pleito anterior, em 2002. Os eleitores de Heloísa Helena no primeiro turno, que transferiram votos para Lula no segundo, eram antigos eleitores de Lula (votaram nele em 2002) e estavam desapontados com o envolvimento do governo em escândalos de corrupção, mas aprovavam o desempenho do governo em questões econômicas e sociais. Em outras palavras, tratava-se de *eleitores ambíguos*, ex-lulistas, que agora se sentiam incertos quanto a apoiá-lo por terem sofrido alguma decepção com o governo. Eles então decidiram não votar em Lula no primeiro turno, punindo-o, mas se voltaram para ele no segundo, no sentido de evitar um "mal" maior — a vitória de Geraldo Alckmin. Dessa forma, os eleitores de Heloísa Helena que votaram em Lula no segundo turno agiram com base em um cálculo estratégico punitivo.

Construímos esse argumento vislumbrando também outras possíveis explicações para a transferência de voto, como fragilidade da identificação partidária, força da rejeição a partidos políticos, frequência de acompanhamento das eleições e ideologia. Na verdade, essas variáveis também são importantes para explicar o comportamento estratégico do eleitor.

Por exemplo, acompanhar eleições é um componente teórico relevante na discussão sobre voto sofisticado, já que o cálculo das chances de vitória dos diferentes candidatos é decisivo para se votar estrategicamente.

Vale destacar que esse modelo explicativo não está voltado para uma porcentagem alta de eleitores. Estamos aqui explicando o voto de uma parte reduzida do eleitorado brasileiro, em torno de 4% dos eleitores que, na amostra do Eseb-2006, mudaram de voto entre um dos três candidatos derrotados (Helena, Buarque e Alckmin) para Lula no segundo turno. Contudo, essa pequena margem de eleitores mostrou-se decisiva para a ocorrência do segundo turno e para assegurar a vitória de Lula no turno final da eleição.

PERFIL DA TRANSFERÊNCIA DE VOTOS

Os dados mostram que o eleitor que transfere o seu voto não possui uma forte identificação partidária²¹. Os dados da Tabela 1 apontam um baixo nível de identificação partidária em relação a todos os partidos presentes no sistema partidário brasileiro. Entre os cinco partidos citados, dois são os principais na corrida presidencial, PT e PSDB. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) aparece juntamente com os demais, ganhando destaque em razão da entrada de Heloísa Helena na disputa para presidente. Quando avaliamos não só a identificação partidária entre os eleitores que mudaram de voto, mas a população como um todo, fica claro que o percentual de eleitores que expressam preferência partidária, em torno de 30% (273 entrevistados) do todo (1.000 entrevistados) é baixo, em congruência com trabalhos anteriores que analisam essa variável usando outros bancos de dados²².

Fica claro também, na Tabela 1, uma grande diferença na composição da preferência partidária quando se compara o eleitorado como um todo com aqueles que transferiram seus votos. Os dados, indicando maior preferência pelo PT, seguido por PMDB e PSDB, mais uma vez, coadu-

[21] Retiramos da análise os eleitores de Cristovam que mudaram de voto porque o número de entrevistados nessas categorias era muito baixo. Seguiremos essa lógica na análise multivariada que se segue.

[22] Carreirão, Yan de Souza e Kinzo, Maria D'Alva G. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, 2004, vol. 47, n° 1, pp. 131-168.

TABELA 1
Partido que melhor representa o eleitor
Segundo a transferência de votos e total do eleitorado, 2006 (%)

Transferência de votos	Partidos (%)						Total (N)
	PT	PTB	PMDB	PSDB	PSOL	Outras respostas*	
Helena – Lula	9	0	0	4,5	9	77,2	22
Alckmin – Lula	0	6,6	6,6	6,6	0	80	15
Total do eleitorado**	20,9	0,6	3,7	4,2	0,3	70,3	100

Fonte: Eseb - 2006 (N = 1.000). Pergunta Eseb8: Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa? Nota: Valores percentuais não foram aproximados. *Eleitores que responderam que nenhum partido os representa, não sabem, ou não responderam à pergunta 7; eleitores que indicaram partidos inexistentes, ou nome de políticos (e não de partidos), ou responderam que não sabem, não lembram, ou não responderam à questão 8. ** São considerados apenas os eleitores que responderam à pergunta 7, incluindo os que foram enquadrados em "Outras respostas".

[23] Samuels, David. "As bases do pessimismo". *Opinião Pública*, 2004, vol. 10, nº 2, pp. 221-241.

[24] O PMDB passou a compor a coligação de governo no segundo mandato de Lula.

[25] Carreirão e Kinzo, op. cit., p. 156.

nam com os achados de trabalhos empíricos anteriores. David Samuels²³, usando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002, encontra índice de identificação partidária para o PT muito similar aos dados do Eseb-2006.

É interessante perceber que a probabilidade de mudança entre pe-
tistas é mais baixa do que nos demais partidos e que ela é alta no caso
do PSOL. Novamente, isso dá indícios de que os eleitores de Heloísa
Helena foram os mais inclinados a mudar de posição entre os dois tur-
nos da eleição. Também fica claro que os eleitores do Partido Trabalhis-
ta Brasileiro (PTB), que compunha a base de apoio do governo federal
em 2006, não votaram em Lula no primeiro turno, mas transferiram
seu apoio no segundo. Embora não tão díspare em comparação com o
total do eleitorado, também há uma sobre-representação de eleitores
do PMDB e do PSDB entre os que mudaram de voto entre Alckmin e
Lula, o que indica a fragilidade desses vínculos partidários. Naquela
ocasião, nenhum desses partidos estava formalmente aliado a Lula e
um deles, o PSDB, tinha candidato próprio!²⁴.

Outra variável importante a ser destacada é a rejeição partidária.
Mesmo sem ter preferência por um partido, um eleitor pode ter rejeição
por um (ou mais) deles. Tal avaliação pode ser feita tomando-se por
base posicionamentos ideológicos ou avaliações retrospectivas nega-
tivas com relação a candidatos, entre outros²⁵. Os dados da Tabela 2

TABELA 2
Rejeição a partidos
Segundo a transferência de votos e total do eleitorado, 2006 (%)

Partidos	Heloísa Helena – Lula	Alckmin – Lula	Total do eleitorado
PT	40,9	20	26,4
PFL	68,1	46,6	43,1
PSDB	68,1	13,3	35,1
PMDB	45,4	20	31,7
PV	40,9	33	39,5
PDT	59	33	38,5
PC do B	59	40	42,8
PTB	59	40	40,3
PSOL	31,8	33,3	41,7
PPS	63,6	46,6	44,1
PL	59	40	42,6
PRONA	59	53,3	49,4
Total (N)	22	15	1.000

Fonte: Eseb - 2006 (N = 1.000). Nota: Valores percentuais não foram aproximados.*Percentual de eleitores que responderam "não" à pergunta Eseb43: "Em quais desses partidos políticos o(a) Sr(a) não votaria de jeito nenhum?".

mostram um elevado nível de rejeição partidária entre os eleitores que transferiram seus votos, principalmente entre os que migraram de Heloísa Helena para Lula e de Alckmin para Lula.

Os dados mostram, entre os eleitores de Heloísa Helena que transferiram votos, um alto grau de rejeição aos partidos situados ao centro e à direita do espectro político brasileiro, notadamente ao Partido da Frente Liberal (PFL), ao PSDB, ao Partido Liberal (PL) e ao Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). PT, Partido Verde (PV) e PSOL são os partidos com menor rejeição entre os eleitores de Heloísa Helena. Não obstante, é interessante notar que mesmo com uma rejeição mais alta ao PT do que o total do eleitorado, o eleitor de Heloísa Helena, ainda assim, votou em Lula no segundo turno. Aqui podemos perceber um certo tipo de voto em Lula que é independente de seu partido.

Entre os eleitores de Alckmin que transferiram seus votos, observa-se uma baixa rejeição ao PT (20%), sendo as mais altas junto ao PFL, ao Partido Popular Socialista (PPS) e ao PRONA. Ou seja, o eleitor de Alckmin que mudou de voto entre os dois turnos, passando a apoiar Lula, já não tinha altos índices de rejeição ao PT.

Assim, podemos concluir que eleitores que transferiram seus votos entre os dois turnos da eleição são bem menos partidarizados do que os demais eleitores e têm rejeição a partidos mais alta do que o restante do eleitorado. Além disso, esse grupo de eleitores não apresenta altos graus de rejeição, um sentimento bastante forte, a nenhum partido em particular, principalmente quando comparado com o eleitorado como um todo.

A literatura normalmente espera um voto mais sofisticado proveniente de eleitores com melhor nível educacional e que acompanham mais as campanhas, sobretudo as pesquisas de opinião²⁶. A fim de avaliar essa hipótese, serão analisados os níveis de acompanhamento às campanhas eleitorais dos eleitores que transferiram seus votos em comparação ao total da amostra do Eseb-2006.

Somando-se as respostas para os níveis de acompanhamento “intenso” e “mais ou menos intenso”, verifica-se que os eleitores de Heloísa Helena e de Alckmin que migraram seus votos apresentam um nível moderadamente elevado de atenção à campanha (de 45,4% e 52%, respectivamente), muito semelhantes ao total do eleitorado. Contudo, quando desagregamos essas categorias, os eleitores de Heloísa Helena que transferiram seus votos para Lula acompanharam a campanha de forma mais intensa do que os demais, 22,7% nessa categoria, e que os de Alckmin também, concentrando-se na categoria “mais ou menos intenso” (45,4%). Entre os eleitores de Alckmin, essa é a principal categoria de resposta. Assim, eleitores que transferiram seus votos estavam mais atentos às eleições, principalmente os de Alckmin.

[26] Felsenthal, Dan S. e Brichta, Avraham. “Sincere and strategic voters: an Israeli study”. *Political Behavior*, 1985, vol. 7, n° 4, pp. 311-24.

TABELA 3

Nível de acompanhamento à campanha eleitoral
Segundo a transferência de votos e total do eleitorado, 2006 (%)

Transferência de votos e total do eleitorado	Nível de acompanhamento (%)					Total (N)
	Intenso	Mais ou menos intenso	Não muito próximo	Nada próximo	Outras respostas*	
Heloísa Helena – Lula	22,7	22,7	18,1	36,3	—	22
Alckmin – Lula	6,6	45,4	13,3	13,3	—	15
Total do eleitorado	10,9	34,4	27,2	25	2,5	1.000

Fonte: Eseb - 2006 (N = 1.000). Pergunta Eseb21: Como o (a) Sr(a) acompanhou a campanha eleitoral? Nota: Valores percentuais não foram aproximados.*NS/NR.

Mais adiante, discutiremos também como a atenção à campanha pode elevar o impacto que as estratégias de propaganda eleitoral dos candidatos têm no voto. Assim, é importante frisar que o acompanhamento atento da campanha, além de requisito para um voto estratégico, é também determinante quando há disparidades claras entre a condução das campanhas pelos distintos candidatos. A campanha de Alckmin entre o primeiro e segundo turnos da eleição cometeu equívocos que lhe custaram caro. Assim, essa explicação é alternativa ao voto estratégico, embora baseada em uma variável que também é central para votos mais sofisticados (não-sinceros).

Mesmo correndo o risco de gerar interpretações ambíguas, que levam a explicações distintas do voto, tal variável não pode ser descartada. Estudos sobre a desigualdade na informação e na participação eleitoral no Brasil mostram que há vieses na distribuição da informação política²⁷ (CASTRO, 1992). Concordamos com uma corrente crescente na literatura sobre comportamento eleitoral que afirma que o mínimo de informações necessárias para se tomar decisões eleitorais não está prontamente disponível a todos os eleitores, tampouco igualmente distribuído pela sociedade. Hiatos informacionais podem explicar, possivelmente, o voto no presidente Lula apesar das denúncias de corrupção²⁸. Entretanto, o nível de acompanhamento à eleição *per se* não explica completamente o voto estratégico punitivo. Diferenças mais significativas entre o eleitorado que transferiu seus votos e os demais precisam ser encontradas em outras variáveis.

Nossa próxima variável também é central em estudos sobre comportamento eleitoral. Os dados referentes à identificação ideológica foram obtidos por intermédio do autopoicionamento dos entrevistados numa escala esquerda/direita de 0 a 10. Uma situação mais à esquerda apresenta localização mais próxima de zero na escala, e a posição mais à direita, mais próxima de dez. Apesar das críticas ao autopoicionamento ideológico, e de não haver uma

[27] Castro, M. M. M. . "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1992, vol. 20, pp. 7-19.

[28] Hunter, W. e Power, T. J. "Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, 2007, vol. 49, n.º 1, pp. 1-30.

classificação objetiva²⁹, entende-se que seu emprego, mesmo que limitado, diz algo sobre a ideologia do eleitor e sobre a relação deste com o voto.

Os dados da Tabela 4 mostram que a maioria dos eleitores que migraram seus votos para outros candidatos não se posicionou na escala esquerda/direita. Entre os que se identificaram, pouco mais de um quinto dos eleitores de Heloísa Helena e Alckmin se classificaram como de esquerda e direita, respectivamente. No geral, os resultados apontam para a seguinte tendência: eleitores de Heloísa Helena que transferiram seus votos para Lula estão situados mais ao centro e à esquerda do espectro político, enquanto os eleitores de Alckmin se situam mais ao centro e à direita.

Uma análise comparativa com os níveis de identificação ideológica aferidos no Eseb-2002 e Eseb-2006 mostra que o eleitorado de Heloísa Helena que migrou seus votos não está mais à esquerda do que o total do eleitorado em 2002, mas está em 2006. Do mesmo modo, o eleitorado de Alckmin que migrou para Lula não esteve mais à direita do que o restante do eleitorado. Assim, esperamos algum efeito dessa variável na mudança entre Heloísa Helena e Lula, mas não entre Alckmin e Lula.

Por outro lado, nota-se em 2006 um aumento do número de eleitores que não apresentam identificação ideológica. Como interpretação desses dados, Carreirão afirma que o lapso entre 2002 e 2006 representou um “período de diluição das preferências ideológicas entre os partidos, na percepção de boa parte do eleitorado brasileiro”³⁰. Tal diluição, por sua vez, teria afetado a relevância de variáveis ideológicas e partidárias no comportamento dos eleitores, incluindo sua decisão de voto. Os dados deste trabalho corroboram os achados de Carreirão. O número de eleitores que

[29] Almeida, Alberto C. “À esquerda dos números, à direita dos fatos”. *Inteligência — Insight*, 2001, vol. 15, pp. 112-28, p. 117.

[30] Carreirão, Yan de Souza. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, 2007, vol. 13, nº 2, pp. 307-339, p. 308.

TABELA 4
Identificação ideológica dos eleitores
Segundo a transferência de votos, 2006 (%)

Transferência de votos	Identificação ideológica (%)				Total (N)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras respostas*	
Heloísa Helena – Lula	22,7	36,3	0	40,9	22
Alckmin – Lula	6,6	6,6	26,6	60	15
Total do Eleitorado em 2002 (Eseb)	25,7	23,3	27,8	23,2	2.513
Total do Eleitorado em 2006	9,0	25,4	23,8	41,8	1.000

Fonte: Eseb - 2006 (N = 1.000); Carreirão, Yan de Souza. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, 2007, vol. 13, nº 2, pp. 307-339. Nota: *NS/NR/Não sabe o que é esquerda e direita.

TABELA 5

Voto para presidente no 1º turno de 2002
Segundo a transferência de votos, 2006 (%)

Transferência de votos em 2006	Voto para presidente em 2002 (%)						Total (N)
	Lula	José Serra	Garotinho	Ciro Gomes	Outros candidatos	Outras respostas*	
Helena – Lula	77,2	4,5	9,1	4,5	0	4,5	22
Alckmin – Lula	46,6	13,3	13,3	0	0	26,6	15

Fonte: Eseb - 2006 (N = 1.000). Pergunta Eseb45: Em quem o(a) Sr(a) votou no primeiro turno da eleição presidencial de 2002, em Lula, José Serra, Antony Garotinho, Ciro Gomes, Zé Maria ou Rui Costa? Nota: Valores percentuais não foram aproximados. *NS/NR.

migraram seus votos e não apresentam identificação ideológica é tão elevado quanto o apresentado em 2006 (41,8%) e bem diferente do de 2002.

Uma de nossas principais variáveis, o voto para presidente no pleito anterior (2002) ajuda a definir melhor o perfil dos eleitores que transferiram seus votos. De acordo com os dados da Tabela 5, observa-se que a maior parte dos eleitores de Heloísa Helena (mais de 75%) havia votado em Lula nas eleições presidenciais de 2002. Embora não nos mesmos patamares de Heloísa Helena, 47% dos eleitores de Alckmin no primeiro turno, que mudaram seus votos para Lula, haviam votado em Lula em 2002. Tais dados mostram que Lula não representou uma escolha casual e estranha para estes eleitores, mas sim uma escolha que tomou como precedente o passado. Os dados levam a crer que os eleitores de Heloísa Helena e Alckmin que votaram em Lula tinham este como sua segunda preferência ao voto para presidente em 2006, ante os percentuais apresentados.

Os eleitores que migraram para Lula teriam votado no presente tomando como referencial o desempenho desse candidato no exercício do mandato, ou seja, seu voto teria sido retrospectivo? Voto retrospectivo baseia-se na idéia de que o eleitor analisa o desempenho passado de um governo e assume que tais tendências irão persistir no futuro se o governo permanecer no poder. O eleitor deriva uma opinião (ou intenção de voto) sobre o governo baseado numa expectativa de tendência. A lógica de tal voto baseia-se no pressuposto de que um mau desempenho no cargo prenuncia ao eleitor a continuidade de tal postura, levando-o a votar contra o governo. Ao contrário, se o eleitor observa um bom desempenho, isso vaticina a continuidade dessa boa atuação, e o resultado é apoio ao governo ou seu candidato. Segundo a visão teórica aqui considerada³¹, essa é a lógica básica do voto retrospectivo. Desse modo, os eleitores estabelecem um padrão, observam seu bem-estar ao fim de um período governamental e decidem por reeleger ou não o titular do cargo.

[31] Stokes, op. cit.

TABELA 6

Avaliação do governo Lula
Segundo a transferência de votos e total do eleitorado, 2006 (%)

Transferência de votos e total do eleitorado	Avaliação do governo (%)				Total (N)
	Muito boa	Boa	Ruim	Péssima	
Helena – Lula	4,5	68,1	27,2	0	22
Alckmin – Lula	0	60	26,6	13,3	15
Total do eleitorado	11	65,1	17	6,7	966

Fonte: Eseb - 2006 (N = 1.000). Pergunta Eseb6: Na sua opinião, de uma maneira geral o Governo Lula nos últimos 4 anos foi...? Nota: Valores percentuais não foram aproximados.

Dados referentes à avaliação do governo permitem a elaboração de algumas considerações sobre o voto retrospectivo nas eleições de 2006. Segundo os dados da Tabela 6, a maior parte dos eleitores de Heloísa Helena e Alckmin que migraram seus votos possui uma avaliação bastante positiva do governo Lula. Entre os eleitores de Heloísa Helena no primeiro turno a avaliação é mais expressiva, chegando a mais de dois terços do total (68,1%). Entre os eleitores de Alckmin no primeiro turno que migraram seus votos, a avaliação positiva também é significativa, da ordem de 60%.

A avaliação do governo Lula entre os eleitores que migraram seus votos do primeiro para o segundo turno situa-se muito próxima da avaliação que o total dos eleitores tem do presidente. Pouco mais de três quartos dos eleitores (76,1%) têm uma avaliação positiva do governo Lula (considerando muito bom ou bom). Cabe registrar, no entanto, que os eleitores que transferiram seus votos têm uma avaliação ligeiramente mais crítica do governo. De acordo com os dados da Tabela 6, a avaliação negativa, no total da amostra (ruim ou péssima), chega a 23,7%, enquanto no que se refere aos eleitores de Heloísa Helena e Alckmin, as mesmas taxas são de 27,2% e 26,6%.

Nossa última variável é central para entender o voto retrospectivo punitivo. Em combinação com a variável que indica o voto em 2002, a percepção sobre corrupção como um problema nacional explica a punição a Lula no primeiro turno e a transferência de voto para ele no segundo. Considerando a importância que os casos de corrupção ganharam na mídia desde 2005 e durante a campanha presidencial de 2006, cabe indagar qual a visão que os eleitores tiveram a respeito da corrupção, ou melhor, qual a importância dada à corrupção em relação a outros temas durante a campanha. Rennó mostra que a corrupção teve impacto nas eleições de 2006, envolvendo não apenas o escândalo do “mensalão”, como também outros casos, como o de Roberto Jefferson e seus nomeados nos Correios, a queda de José Dirceu de sua posição no Executivo,

bem como denúncias de superfaturamento de ambulâncias em um esquema de alocação de emendas parlamentares³². Logo, a análise da importância do tema “corrupção” entre os eleitores levará em consideração uma dimensão mais ampla, não estando apenas circunscrita aos eventos que envolveram diretamente o Partido dos Trabalhadores.

De acordo com os dados da Tabela 7, observa-se que a corrupção foi um tema importante entre os eleitores que transferiram seus votos. Mais de um terço dos eleitores de Heloísa Helena no primeiro turno considerou a corrupção como o tema prioritário. A corrupção também foi considerada como tema prioritário para 40% dos eleitores de Alckmin que migraram para Lula.

Comparando os dados dos eleitores que transferiram os votos do primeiro para o segundo turno e o total dos eleitores, verifica-se que aqueles que transferiram seus votos têm a corrupção como tema prioritário em maior número do que o total de eleitores.

Com base na análise das variáveis consideradas no levantamento, pode-se ter uma noção melhor quanto ao perfil dos eleitores que transferiram seus votos nas eleições presidenciais de 2006. Esses eleitores, em geral, possuem baixos níveis de identificação ideológica, mas altos níveis de rejeição partidária (com uma rejeição maior ou menor para certos partidos, dependendo do candidato em que o eleitor vota). O nível de acompanhamento da campanha eleitoral é maior entre eleitores que transferiram votos, principalmente os de Alckmin, em comparação com o restante do eleitorado. Já os eleitores de Heloísa Helena têm identificação ideológica à esquerda com maior frequência que os demais eleitores, enquanto os de Alckmin um pouco mais à direita. Em sua maioria, os eleitores que transferiram seus votos entre os dois turnos da eleição votaram em Lula para presidente em 2002 e têm uma avaliação positiva do seu governo, além de apresentarem maior atenção em relação ao tema corrupção, que o eleitorado em geral. Assim, esperamos que essas três variáveis sejam centrais para explicar a transferência de voto.

TABELA 7

Tema mais importante na eleição de 2006
Segundo a transferência de votos e total do eleitorado

Tema prioritário	Transferência de votos e total do eleitorado (%)		Total do eleitorado
	Helena – Lula	Alckmin – Lula	
Corrupção**	36,3v	40	29,7
Outros temas	27,2	26,6	35,3
Outras respostas*	36,3	33,3	35
Total (N)	22	15	1.000

Fonte: Eseb - 2006 (N = 1.000). Pergunta Eseb1: Qual assunto o(a) sr.(a) considera que foi o mais importante nesta eleição? Nota: Valores percentuais não foram aproximados. *NS/NR/nenhum. **Índice “corrupção” foi organizado a partir da soma das respostas dadas aos itens 2, 4, 19, 22 e 23 do Eseb1.

Por fim, uma última variável não tratada neste estudo, mas que tem grande peso no voto em Lula é ser beneficiário do Programa Bolsa Família³³. Políticas públicas desse porte teriam tido um efeito nas eleições de 2006, não só na “distribuição geoespacial” do voto³⁴, como também nas intenções de voto no âmbito individual³⁵.

No entanto, não incorporamos o Bolsa Família ao modelo de explicação do voto pelo fato de o Eseb-2006 possuir apenas uma pergunta em que esse programa poderia ser citado³⁶. O percentual de respostas que consideram o Bolsa Família como um tema importante da campanha chega a apenas 1,8%, juntamente com os programas Bolsa Escola e Fome Zero. Essa variável, da forma como está medida aqui, não mensura exposição ao Bolsa Família, conforme mensurado por Lício, Rennó e Castro³⁷, o que inviabiliza controlar aqui seu efeito no voto. Assim, não dispomos de variáveis que nos permitam aferir corretamente o impacto do Bolsa Família sobre o voto.

Mas, mais importante do que isso, o Programa Bolsa Família teve um impacto relevante no voto entre eleitores que foram seus beneficiários, e, não necessariamente entre todos os eleitores. Assim, o Bolsa Família, por si só, não explica a eleição de Lula ou o voto em Lula. Acreditamos também que o apoio ao programa não é capaz de explicar o voto estratégico punitivo, nosso objeto teórico de estudo, e a transferência de votos entre os turnos da eleição, nosso objeto empírico. Nosso modelo teórico está baseado em outros fatores, como visão sobre corrupção, voto em eleições anteriores e avaliação geral do governo.

DETERMINANTES DA TRANSFERÊNCIA DE VOTOS

Os dados mostrados anteriormente dão uma noção mais nítida quanto ao perfil dos eleitores que transferiram seus votos entre os dois turnos das eleições de 2006. Todavia, não se pode, com base nesses dados, indicar detalhadamente o impacto das variáveis, testadas conjuntamente, sobre a transferência de votos. A seguir, procura-se sanar essa carência por meio de uma análise de regressão multivariada. Obviamente que também assim não se tem antecedência temporal clara entre variável independente e dependente, o que é necessário para a realização de inferências causais. Contudo, podemos afirmar a direção da causalidade com base na teoria. É razoável tomar como pressuposto que mudar de voto em 2006 não antecede ou explica visões sobre os problemas nacionais, de onde derivamos nossa variável que mede o impacto da corrupção, nem avaliação do governo e muito menos voto em 2002. Assim, podemos supor que o modelo testado não sofre claramente de um problema de endogeneidade, no qual a variável dependente explica os resultados das variáveis independentes.

[33] Hunter e Power, op. cit.; Nicolau, J. e Peixoto, V. “Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006”. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2007. Disponível em <http://jairicolau.iuperj.br/artigos/NICOLAU%20&%20PEIXOTO%20ANPOCS2007%20ST%2024%20PARTIDOS%20E%20SISTEMAS%20PARTIDA%20A6%20C3%20BCRIOS.pdf>, acessado em 27/07/2008.

[34] Soares, G. A. D. e Terron, S. L. “Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição: explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial”. *Opinião Pública*, 2008, vol. 14, nº 2, pp. 269-301.

[35] Lício, Elaine, Rennó, Lucio e Castro, Henrique. “Bolsa Família e voto nas eleições presidenciais de 2006: em busca do elo perdido”. *Opinião Pública*, 2009, vol. 15, nº 1, pp. 31-54.

[36] Eseb1: Qual assunto o(a) sr.(a) considera que foi o mais importante nesta eleição?

[37] Lício, Rennó e Castro, op. cit.

[38] O número de votos em Cristovam Buarque foi muito pequeno, proibindo análises multivariadas.

Nessa análise, verifica-se o efeito de certas variáveis sobre a decisão de transferência de votos de Heloísa Helena para Lula e de Alckmin para Lula, tais como, ideologia, voto em 2002, identificação partidária, nível de sofisticação política, percepção sobre corrupção e economia, entre outros³⁸. Usamos uma função de ligação probite para estimação dos coeficientes pelos quais as variáveis dependentes adquirem dois valores: 1 para os que mudaram de voto (Helena-Lula e Alckmin-Lula), e zero para os que não mudaram de voto. Assim, analisamos os fatores que diferenciam os eleitores que transferiram seus votos entre o primeiro e o segundo turnos e os demais. Valores negativos nos coeficientes indicam redução na propensão de transferir o voto.

A análise dos dados da Tabela 8 indica que a transferência de votos entre Heloísa Helena e Lula foi definida pelo padrão de voto em 2002, pela visão sobre a corrupção como principal problema do país e pelo grau de instrução. Ou seja, os eleitores que transferiram seus votos de Heloísa Helena, no primeiro turno, para Lula, no segundo

TABELA 8
Efeitos Marginais de regressão probite para transferência de voto entre primeiro e segundo turnos nas eleições presidenciais de 2006

Partidos	Heloísa Helena - Lula	Alckmin - Lula
Petista	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)***
Esquerda	0.02 (0.02)	0.00 (0.01)
Rejeição PTPV	0.01 (0.01)	0.00 (0.01)
Votou em Lula 2002	0.02 (0.01)**	0.00 (0.01)
Sofisticação Política	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)
Problema é Corrupção	0.01 (0.00)***	0.00 (0.00)
Problema é Economia	0.01 (0.00)**	0.00 (0.00)
Acompanhou a Campanha	0.00 (0.00)	0.01 (0.00)*
Idade	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)
Sexo	0.01 (0.01)	0.00 (0.01)
Instrução	0.00 (0.00)**	0.00 (0.00)
Observações	975	975

Fonte: Eseb - 2006 (N = 1.000). Nota: Erros padrão robustos em parênteses. *Significativo ao 10%. **Significativo ao 5%. ***Significativo ao 1%.

turno, eram antigos eleitores de Lula em 2002, que passaram a ver a corrupção como o principal problema do país durante o primeiro mandato de Lula, e com alto grau de instrução. Já a probabilidade de migrar para Lula diminui se o eleitor pensa que a economia era o principal problema do país. Portanto, o eleitor de Heloísa Helena, antigo apoiador de Lula, frustrado com os escândalos de corrupção, com alto grau de instrução, o que se relaciona com capacidade de aferir a probabilidade de vitória dos distintos candidatos, abandonou Lula no primeiro turno, punindo-o, mas no momento decisivo da eleição retornou a ele. Esse perfil se enquadra perfeitamente no de um voto estratégico punitivo: estratégico porque se baseia nas chances de vitória dos candidatos e nas preferências dos eleitores, mas que pune a um candidato entre os preferidos, em vez de evitar a vitória de um candidato menos preferido. Assim, corroboramos nossa hipótese principal, assim como trabalhos anteriores que apontaram a centralidade da corrupção nas eleições de 2006³⁹.

Já a transferência de voto de Alckmin para Lula é afetada por apenas duas variáveis. Identificação partidária é uma bastante óbvia, indicando que eleitores que não mudaram de voto são mais partidários. Mas, o ponto interessante aqui é o impacto da variável “Acompanhou a Campanha”, que indica o grau de atenção do eleitor ao processo eleitoral. Quem acompanhou a campanha de perto, tendeu a mudar de posição entre Alckmin e Lula entre o primeiro e segundo turnos da eleição. Como essa variável foi a única a influenciar a mudança de voto de Alckmin para Lula, não sendo acompanhada do conjunto encontrado na mudança entre Heloísa Helena e Lula, não podemos afirmar que a transferência de voto, nesse caso, se deu por algum mecanismo punitivo.

Embora o efeito dessa variável seja sutil e apenas levemente significativo, em termos estatísticos, ele dá indícios de que as estratégias de campanha dos dois candidatos pode ter influenciado a mudança de preferências de Alckmin para Lula. A campanha de Alckmin deve ter errado mais, principalmente entre o primeiro e segundo turnos, na divulgação de sua mensagem e na apresentação do candidato, o que pode ter aumentado a frustração com Alckmin e a consequente tendência de apoio a Lula. O caso, já clássico, da ambivalência de Alckmin diante da questão das privatizações, em resposta às acusações e às críticas da campanha de Lula acerca da administração do PSDB em relação a esse tema, pode explicar a mudança de voto entre Alckmin e Lula. Ou seja, a condução errada da campanha de Alckmin entre o primeiro e segundo turnos, passando para a defensiva em um tema que dominou o debate eleitoral, perdendo assim, a posição de ataque sobre a questão da corrupção, explica por que alguns de seus eleitores mudaram de voto para Lula no segundo turno. Contudo, é bom deixar claro que esse não é necessariamente um caso de voto estratégico, mas de voto baseado

[39] Rennó, *op. cit.*

na avaliação da campanha dos candidatos. O que mais se aproxima da idéia de voto estratégico punitivo proposta aqui são os eleitores de Heloísa Helena que passaram a votar em Lula no segundo turno.

CONCLUSÃO

Com base nos dados obtidos, pode-se dizer que, no geral, corroboramos nossa hipótese central de que uma parcela pequena, mas relevante, do eleitorado brasileiro, usou um tipo de voto estratégico diferenciado para a definição de suas escolhas eleitorais no pleito de 2006. Nesse novo tipo de escolha eleitoral, a valorização da derrota de um candidato passa a ser central, mas apenas no primeiro turno. Em outras palavras, esse tipo de voto estratégico pode ocorrer em sistemas eleitorais de tipo *ballotage*, com dois turnos, mas são improváveis em disputas de turno único. Assim, apresentamos aqui um tipo de voto estratégico, não sincero, que se aplica a eleições em que votos sofisticados são tidos como pouco prováveis.

Os eleitores de Heloísa Helena encaixam-se perfeitamente nesse perfil: eram antigos apoiadores de Lula, frustrados com o envolvimento de seu governo em escândalos de corrupção e que decidiram puni-lo no primeiro turno. Contudo, no segundo, ao se verem forçados a praticar um voto útil, levaram em consideração outros atributos do desempenho do governo para voltar a apoiar Lula.

Dessa forma, o presente trabalho procurou mostrar o impacto da transferência de votos sobre o resultado final das eleições presidenciais de 2006. Utilizando dados do Eseb-2006, pôde-se conceber um perfil detalhado dos eleitores que transferiram seus votos, bem como o impacto de certas variáveis sobre a transferência de votos em um modelo multivariado.

Verificou-se que o percentual de eleitores suscetíveis ao voto estratégico era muito pequeno (4,3%), o que está em consonância com os achados da literatura sobre o tema. Contudo, esse número reduzido de eleitores, em boa parte apresentando um padrão de votação que pode ser classificado como de voto estratégico punitivo, representou a diferença de uma vitória no primeiro turno para o candidato Luis Inácio Lula da Silva. Assim, a transferência de votos e o componente estratégico do voto de certos eleitores, tanto no primeiro turno como no segundo, foi fundamental para se entender o resultado do pleito, mostrando com maior clareza a importância de certas variáveis no cálculo eleitoral empreendido pelo eleitor em sua decisão de voto.

Recebido para publicação
em 30 de abril de 2009.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

86, março 2010

pp. 141-161

LUCIO R. RENNÓ é PhD em Ciência Política pela Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos e professor adjunto do Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas — Ceppac — da Universidade de Brasília.

BRUNO HOEPERS é graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutorando do departamento de Ciência Política da Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos.